

DINÂMICA DEMOGRÁFICA DO NORDESTE – 1960-1980

Ana Amélia Camarano de Mello Moreira
*Morvan de Mello Moreira**

Resumo: A dinâmica populacional da região Nordeste aponta que, historicamente, a Região vem perdendo importância relativa no contingente demográfico nacional, em que pese a compreender ainda mais do que a quarta parte do efetivo humano do País. Fluxos migratórios, notadamente orientados para a região Sudeste são considerados como principal fator depressor das taxas de crescimento populacional regional, que apresenta as mais altas taxas de crescimento vegetativo observadas no País. Na década de setenta é observado um substancial declínio no nível de fecundidade da mulher nordestina o qual, associado aos fluxos emigratórios, reduziu de 2,2% ao ano a taxa de crescimento populacional na Região, entre 1960-1970 e 1970-1980. O contínuo movimento interno de população com origem rural e destino urbano contribui para o aumento do grau de urbanização da população nordestina, sendo que, em alguns Estados, a população rural virtualmente estagnou e, em algumas microrregiões, é observado esvaziamento demográfico absoluto. Consideradas as perdas populacionais para fora da Região e a manutenção da queda da fecundidade vislumbra-se que, no futuro próximo, no máximo, Região poderá vir a manter a sua participação relativa no cenário populacional brasileiro. Neste trabalho é analisada a evolução recente das variáveis demográficas determinantes do crescimento populacional nordestino e avaliadas as implicações do seu comportamento na década passada em termos da redução da taxa de crescimento populacional e o envelhecimento da população. As perspectivas sobre o tamanho absoluto e a distribuição etária da população nordestina no ano 2000, de acordo com as duas hipóteses que são utilizadas para projetar a população regional, mostram que haveria uma substancial redução da taxa de crescimento populacional do Nordeste, passando para valores próximos 1,6% ao ano; que a importância do contingente humano da Região declinaria em termos nacionais, reduzindo-se para 26%; que haveria um sensível aumento da população em idade economicamente ativa, que compreenderia 55,5% da população do Nordeste. Essas constatações têm importantes implicações para o sistema de planejamento regional, particularmente no que afeta a oferta de trabalho e a demanda de serviços sociais básicos.

* Pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco.

** Diretor do Departamento de Estudos e Pesquisas do Instituto de Desenvolvimento de Pernambuco (CONDEPE).

1 – INTRODUÇÃO

Historicamente, a região Nordeste, ao lado da região Sudeste, detém substancial parcela da população brasileira. Assim, em 1872, o Nordeste compreendia 47% da população nacional enquanto o Sudeste contava com 42%.

A região Sudeste manteve sua participação sobre o contingente demográfico nacional enquanto o Nordeste perdeu, paulatinamente, significado relativo. O declínio da importância demográfica do Nordeste deve-se a um conjunto de fatores dentre os quais, entre os demográficos, sobressaem os movimentos migratórios. Assim é que a imigração internacional, que, em sua quase totalidade, se concentrou na região Sudeste, entre 1880/1910, explica parcela substancial do aumento da participação relativa dessa região no total da população brasileira na virada do século.

Fluxos migratórios internos em direção ao Centro-Sul, em grande parte oriundos do Nordeste, explicam o diferencial de crescimento entre as duas regiões, observável no período mais recente. Enquanto na década 1940/50 podia-se estimar em 2,0% ao ano a taxa de crescimento vegetativo* da população do Estado de São Paulo e em 2,8% a da região Nordeste, na década 1970-80 estas foram de 2,0 e 2,5% ao ano, respectivamente. Por outro lado, as taxas de crescimento observadas entre as populações dessas regiões foram de 2,4 e 2,5% ao ano em 1949-50 e 3,2 e 2,1% em 1970-80, denotando a importância relativa dos fluxos migratórios para a redução do crescimento da população nordestina e para a variação populacional do Estado de São Paulo.

A se considerar a manutenção de tais perdas populacionais para fora da Região e que os níveis de fecundidade devem declinar ainda mais no futuro próximo, sendo, entretanto, parcialmente compensados pela redução no nível da mortalidade, vislumbra-se, no máximo, a manutenção da participação relativa do Nordeste no contexto da população nacional. A crescente movimentação interna de população no sentido campo-cidade compensa o mais elevado crescimento vegetativo da população rural, implicando uma virtual estabilização da mesma em termos absolutos.

* A taxa de crescimento vegetativo é a taxa de crescimento de uma população, se esta fosse fechada, isto é, não houvesse movimento migratório. A taxa de crescimento observada é a taxa de crescimento corrente desta população e a diferença entre as mesmas identifica a taxa líquida de migração. Os resultados apresentados para São Paulo foram estimados pela Fundação SEADE.

Apresentam-se neste trabalho estimativas dos componentes da dinâmica demográfica da região nordestina e analisa-se sua variação recente. São avaliadas as perspectivas de evolução da população até o ano 2000, tendo em vista o curso mais provável da fecundidade, mortalidade e migração.

2 – COMPONENTES DO CRESCIMENTO POPULACIONAL

A população nordestina, que em 1960 ascendia a 22,6 milhões de pessoas, em 1970 cresceu para 28,1 milhões, atingindo, em 1980, o total de 34,8 milhões de habitantes.

No período compreendido entre 1940 e 1970, o contingente populacional da região Nordeste evoluiu a um ritmo constante, a uma taxa geométrica média anual da ordem de 2,2%. Este crescimento, entretanto, não se deu de uma forma homogênea. Observou-se uma significativa ampliação da população urbana em detrimento da população rural que, ao longo dos últimos decênios, praticamente se estagnou.

Movimentos migratórios de origem rural com destino às cidades são responsáveis pelo crescente processo de urbanização da população nordestina.

A identificação do movimento migratório rural-urbano é de tal importância que contrabalança os diferenciais de crescimento vegetativo existentes entre as duas áreas e determina um mais amplo crescimento da população urbana, conforme se verificará ao longo deste item.

Na tabela 1 são apresentadas as taxas de crescimento da população da Região, segundo os quadros domiciliares.

TABELA 1
NORDESTE
Taxas de Crescimento da População (% a.a.)
1960-1980

Período	Total	Urbano	Rural
1960-1970	2,2	4,4	1,0
1970-1980	2,1	4,1	0,5

FONTE: F.IBGE – Censo Demográfico de 1960, 1970, 1980.

É significativo o diferencial de crescimento populacional entre as áreas urbanas e rurais, tendo-se acentuado tal diferença no último decênio. Há que se chamar atenção para a redução na taxa de crescimento, tanto da população urbana quanto rural, apresentando esta última uma tendência à exaustão de sua capacidade de crescimento. A se manter essa tendência, no futuro próximo, a taxa de crescimento da população rural deverá ser negativa e, considerando que a migração é seletiva por sexo e idade, este fenômeno terá séria repercussão sobre a estrutura etária rural, com forte impacto sobre a oferta de trabalho, provavelmente aumentando, de forma acentuada, a taxa de dependência.

Esta evolução dependerá de como se comportarão os determinantes demográficos da variação populacional, quais sejam: fecundidade, mortalidade e migração.

2.1 — Fecundidade

O nível de fecundidade de uma dada região em um período de tempo pode ser medido pelo índice de fecundidade total, que representa a média de filhos tidos por mulher ao final do seu período reprodutivo (aproximadamente 50 anos de idade), se experimentar um dado conjunto de taxas específicas de fecundidade. Este índice é uma das medidas mais refinadas para a realização de comparações intertemporais e inter-regionais, pois não é afetado pela distribuição etária da população. A tabela 2 apresenta essas estimativas para a região Nordeste, no período 1960-1980, referentes à população total e aos quadros urbanos e rurais.

TABELA 2
NORDESTE
Índice de Fecundidade Total por Situação de Domicílio
1960-1980

Período	Total	Urbano	Rural
1960-1970	7,5	6,6	8,6
1970-1980	6,0	5,0	7,7

FONTE: F. IBGE — Censo Demográfico de 1970 a 1980.

Os dados mostram uma sensível queda no nível de fecundidade da Região, de 1,2 filho tido por mulher, ou seja, aproximadamente 20%. Essa queda é bastante elevada, principalmente quando se sabe, por outros trabalhos,¹⁰ que essa variável se manteve aproximadamente constante no período 1930-1970. Apesar de decrescente este indicador, na última década, ainda se manteve bem mais elevado que o estimado para o do Brasil (4,4), aproximando-se dos níveis calculados para o Estado de São Paulo na década de 30. Isto sugere que esta variável deverá continuar caindo nos próximos anos, independentemente de qualquer política de planejamento familiar.

A observação dos dados sobre os quadros urbano e rural mostra serem amplos os diferenciais entre essas duas áreas. No período 1960-1970, foi de aproximadamente 2,2 filhos a diferença entre a média de filhos tidos por mulher na área rural e urbana, aumentando para 2,7 na década 1970-1980, resultado de uma queda de 24% na fecundidade urbana e apenas 10% na rural.

Os fatores demográficos mais importantes na determinação dos níveis de fecundidade são a idade do casamento e o uso de anticoncepcionais. Altman e Wong¹ estimaram um acréscimo de 1,6 ano na idade média ao casar das mulheres nordestinas entre 1960 e 1976. A importância do casamento na determinação dos níveis de fecundidade é avaliada quando se compara o índice de fecundidade total marital* em 1970 (9,6), com o que é calculado para todas as mulheres em idade reprodutiva (7,1). Segundo as estimativas de Altman e Wong,² esse índice, no Nordeste, passou de 9,6 em 1970 para 8,7 em 1976, indicando a existência de um controle de fecundidade dentro do casamento nesse período.

Além de um adiamento da idade ao casar, a magnitude da queda da fecundidade nordestina tem sido explicada como resultado de um novo comportamento adotado por parte das mulheres nordestinas que passaram a utilizar mais intensamente técnicas de controle da natalidade. Infelizmente não existem informações que permitam captar a evolução do uso de tais técnicas por essas mulheres.**

* Calculado apenas para as mulheres casadas.

** Em 1980, foi realizada uma pesquisa pela BEMFAM em quatro Estados da região Nordeste (Piauí, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Bahia) e São Paulo sobre saúde materno-infantil e planejamento familiar. Dentre os quatro Estados nordestinos pesquisados, o Rio Grande do Norte foi o que apresentou a maior proporção de mulheres fazendo uso de anticoncepcionais (47%); o Piauí e a Bahia apresentaram a mais baixa (31%). Vide BEMFAM/CDC/IFRP. **Pesquisa de Saúde Materno-Infantil e Planejamento Familiar.**

A maior utilização de anticoncepcionais coincide com o período de intensificação das transformações sociais e econômicas decorrentes do processo de industrialização e modernização, iniciado no Nordeste, na década de 60. As características principais desse processo são: aumento da renda "per capita", da urbanização, da escolarização, da participação das mulheres no mercado de trabalho, da participação do setor industrial e de serviços na geração da renda interna e diminuição da força de trabalho agrícola.

A relação entre esses indicadores de crescimento e a queda da fecundidade parecem indicar um comportamento típico estabelecido pelo modelo de transição demográfica. No entanto, a magnitude e a rapidez da queda, assim como a amplitude de seu alcance sugerem que esse argumento não é suficiente para a explicação dessa queda, principalmente se se levar em conta que nem todos os segmentos da população participaram desse processo e que a fecundidade também caiu nas áreas rurais, embora num ritmo bem menor. Assim, devem-se buscar outras explicações, entre as quais se destacam aquelas que associam a diminuição do tamanho da família à proletarização crescente da força de trabalho que acarreta a monetização de parte de sua subsistência e a incorporação de novos bens à cesta de consumo do trabalhador (por exemplo, transporte, energia elétrica, água, etc.). Além disso, o poder aquisitivo desse trabalhador declinou nos anos recentes, o que, juntamente com os fatores, ampliou ainda mais a queda do padrão de vida dos trabalhadores.^{6, 11}

2.2 – Mortalidade

Refletindo as precárias condições de vida de sua população é na Região Nordeste, dentre todas as regiões brasileiras, que se encontram os mais altos níveis de mortalidade observados no País.

O fato de a população nordestina ter experimentado na última década uma sensível redução no seu nível geral de mortalidade, fazendo com que aumentasse de 44,4 para 52,4 anos a esperança de vida ao nascer de sua população, conforme os dados da tabela 3, fez com que se reduzisse o hiato existente entre a Região e a média nacional.

TABELA 3
NORDESTE E BRASIL
Esperança de Vida ao Nascer por Situação de Domicílio
1960-1980

Período	BRASIL	NORDESTE		
	Total	Total	Urbano	Rural
1960-1970	53,4	44,4	42,5	45,1
1970-1980	60,9	51,4	52,1	51,2

FONTE: CELADE/FIBGE e Censo Demográfico de 1970 e 1980.

Esse recuo no diferencial de mortalidade regional e nacional não foi suficiente, entretanto, para retomar a diferença existente na década 1930 a 1940, quando, no máximo, o brasileiro apresentava uma esperança de vida ao nascer de 6,5 anos mais elevada do que o nordestino.*

A maior variação na mortalidade nordestina foi observada entre a população do meio urbano que, ao aumentar em 9,6 anos a esperança de vida ao nascer, praticamente se igualou à da população rural a qual, no decênio, teve-a ampliada tão-somente de 6,1 anos. Mantida uma tendência linear nos ganhos de esperança de vida, pode-se considerar que, a partir da metade da atual década, a população urbana superará a rural em termos desse indicador. Vale lembrar que, como a esperança de vida ao nascer é um valor médio, que se refere ao conjunto da população, o mesmo encobre variações significativas entre segmentos populacionais. É nesse sentido que se deve considerar que na década 1970-1980 possa ter sido mantida a evidência encontrada por Carvalho e Wood,⁷ para o período anterior, de que os níveis de mortalidade urbana são somente inferiores aos de mortalidade rural para os segmentos mais privilegiados da população, em termos de rendimento familiar.

* CARVALHO estimou, para 1930-1940, em 34,7 anos a esperança de vida ao nascer da população da região compreendida pelos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas; de 40 anos a dos Estados do Maranhão e Piauí, 38,3 a dos Estados de Sergipe e Bahia e de 41,2 a da população brasileira. Vide CARVALHO⁴.

A taxa de mortalidade infantil, que indica a perda de menores de 1 ano de idade em relação a mil nascidos vivos em determinado ano, na década de setenta, atingiu 105,1 por mil no Nordeste. Isto significa dizer que um pouco mais de 10% das crianças nascidas na Região não completaram o primeiro ano de vida. Os dados da tabela 4 apresentam as taxas de mortalidade infantil do Brasil e do Nordeste, esta última por situação de domicílio.

TABELA 4
NORDESTE E BRASIL
Taxa de Mortalidade Infantil por Situação de Domicílio
1960-1980

Período	BRASIL	NORDESTE		
	Total	Total	Urbano	Rural
1960-1970	100,1	144,2	147,4	141,9
1970-1980	78,8	105,1	107,0	103,1

FONTE: CELADE/FIBGE e Censo Demográfico de 1970 e 1980.

Ainda que seja muito elevada a mortalidade infantil nordestina, o que coloca a Região no mesmo nível de países como Honduras e Bangladesh, a redução no coeficiente da mortalidade infantil entre as duas últimas décadas foi, tanto em termos absolutos como relativos, mais elevada do que a observada para o País como um todo. Em consequência, reduziu-se de quase 50% para 1/3 a diferença entre a mortalidade infantil nordestina e nacional.

Internamente não houve modificações significativas nos diferenciais de mortalidade por situação de domicílio. Na década de sessenta a mortalidade infantil urbana apresentou-se mais elevada do que a da área rural e experimentou o mesmo declínio relativo desta, continuando, na década de setenta, mais elevada do que a rural. É importante salientar que níveis de mortalidade infantil superiores a cem por mil, como os ainda encontrados na Região, foram observados em países europeus no princípio do século, a exemplo da Dinamarca, no período 1908-1912 (taxa de mortalidade infantil de 104 por mil), ou a Finlândia, em 1918-1922 (108 por mil).

Em consequência de tão elevadas taxas de mortalidade infantil e de ser preponderantemente jovem a população nordestina, a taxa bruta de mortalidade, que mede as mortes ocorridas em um ano em relação à população

total daquele ano, também é bastante alta e, pelo peso que a população nordestina exerce sobre a população brasileira, faz com que também seja elevada a taxa bruta de mortalidade nacional. Na Tabela 5, apresenta-se a taxa bruta de mortalidade no Nordeste, por situação de domicílio, e a do Brasil.

TABELA 5
NORDESTE E BRASIL
Taxa Bruta de Mortalidade por Situação de Domicílio
1960-1980

Período	BRASIL	NORDESTE		
	Total	Total	Urbano	Rural
1960-1970	10,8	18,4	18,7	18,2
1970-1980	8,9	14,9	16,4	13,3

FONTE: CELADE/FIBGE e Censo Demográfico de 1970 e 1980.

Ao contrário da esperança de vida ao nascer e da taxa de mortalidade infantil, a maior redução da taxa bruta de mortalidade foi observada entre a população da área rural e não entre a população urbana, o que poderia de ver-se a uma mais profunda mudança na estrutura etária da população urbana derivada de uma significativa queda nos níveis de fecundidade.

Ainda que a taxa bruta de mortalidade não-padronizada não se presta a comparações, ela aponta, coerentemente com os outros indicadores apresentados, uma redução no diferencial entre a Região e a média nacional e de ser mais alta a mortalidade urbana do que a rural.

2.3 – Migração

A migração tem sido uma variável importante na dinâmica populacional nordestina, agindo no sentido de rebaixar a taxa de crescimento dessa população, uma vez que o Nordeste tem-se constituído, tradicionalmente, área expulsora de população. A mensuração direta desse fenômeno é dificultada tanto por problemas conceituais, quanto pela qualidade e disponibilidade dos dados. A estimação de saldos e taxas migratórias pelos métodos indiretos é afetada pelo cálculo dos níveis de fecundidade, mortalidade e pelos erros de cobertura censitária.*

* Para uma discussão sobre o método de estimar a migração, consulte: CARVALHO⁵ e MOREIRA⁹.

A estimativa do fluxo migratório nordestino líquido apresentado na tabela 6 foi obtida pelo método do crescimento vegetativo* que consiste em se estimar a migração como a diferença entre o crescimento observado e aquele esperado com base no comportamento da natalidade e da mortalidade na década.

TABELA 6
NORDESTE
Saldo e Taxa Líquida de Migração
1960-1970 e 1970-1980

Período	Saldo (em 1.000 hab.)	Taxa
1960-1970	- 2.293,2	- 9,2
1970-1980	- 1.282,1	- 4,1

FONTE: FIBGE – Censos Demográficos de 1970 e 1980.

Os dados de migração por situação de domicílio pelo método do crescimento vegetativo, mostrados na Tabela 7, indicam tanto um aumento da emigração rural quanto da imigração urbana, levando a uma diminuição da evasão regional. É importante salientar a magnitude da imigração rural a qual constituiu, na última década, aproximadamente 1/4 dessa população.

TABELA 7
NORDESTE
Saldo Líquido e Taxas Líquidas de Migração por Situação de Domicílio
1960-1970 e 1970-1980

Em 1.000 habs.

Período	URBANA		RURAL	
	Saldo	Taxas	Saldo	Taxas
1960-1970	1.554,0	16,3	- 3.847,0	- 22,9
1970-1980	3.229,0	22,5	- 4.433,2	- 26,5

FONTE: FIBGE. Censos Demográficos de 1970 a 1980.

* É importante salientar que este método acarreta uma superestimação de 15 a 20% deste saldo, por considerar o crescimento natural dos migrantes como migração.

3 – ALGUMAS IMPLICAÇÕES DO COMPORTAMENTO DA DINÂMICA DEMOGRÁFICA DA ÚLTIMA DÉCADA

3.1 – Fecundidade

O impacto da fecundidade sobre o crescimento da população se dá através da taxa bruta de natalidade que é a relação entre nascidos vivos e o total da população por mil habitantes. Estes valores estão apresentados na tabela 8 e mostram uma significativa queda tanto nas áreas urbanas quanto rurais, resultando numa redução do crescimento populacional dessas áreas. Mas, deve-se considerar que o efeito dessa variável sobre o crescimento populacional é neutralizado pela taxa bruta de mortalidade que, nessa Região, ainda é bastante alta.

TABELA 8
NORDESTE
Taxa Bruta de Natalidade
1960-1980

Por 1.000 habs.

Grupos de Idade	Total	Urbano	Rural
1960-1970	49,6	46,4	51,1
1970-1980	39,8	34,9	44,8

FONTE: FIBGE – Censo Demográfico de 1970 a 1980.

Se a taxa bruta de natalidade da população nordestina não tivesse caído na última década, poder-se-ia esperar uma taxa de crescimento dessa população em torno de 3,1% ao ano. Isto significa dizer que a diminuição de um ponto percentual nessa taxa se deve à redução da natalidade. No caso da população urbana, esse efeito foi ligeiramente maior, situando-se por volta de 1,2 ponto percentual, ou seja, se a natalidade não tivesse caído, a população urbana teria crescido a uma taxa de 5,3% ao ano. Para a população rural, o efeito foi menor, dada uma queda menor da natalidade ocasionando uma redução de 0,7 ponto percentual na taxa de crescimento dessa população.

3.2 – Mortalidade

A mortalidade tem reduzido efeito sobre a taxa de crescimento populacional e a distribuição etária, em nada se comparando, em termos quantitativos, às conseqüências de uma variação nos níveis de fecundidade.

Se, nas décadas de 60 e 70, a taxa bruta de mortalidade nordestina tivesse permanecido constante nos 18,4 por mil observados em 1960-1970, a taxa de crescimento da população do Nordeste declinaria para 1,8% ao ano, no período 1970/80. A variação ocorrida por essa mudança, que seria da ordem de aproximadamente 0,3 ponto percentual, ou seja, em torno de 15 por cento, quando contrastada com a variação advinda da redução do nível da natalidade, revela a modesta contribuição do decréscimo do nível da mortalidade, para a variação observada na taxa de crescimento populacional no Nordeste. No que diz respeito à população rural, pode-se hipotetizar que, se não houvesse sido reduzida a taxa de mortalidade, a população rural nordestina teria sofrido pequena diminuição, visto que a taxa de crescimento que seria encontrada, no período de 1970/80, ainda que negativa, em muito se aproximaria de uma taxa nula de crescimento.

O efeito da redução da mortalidade urbana é da ordem de 0,2 ponto percentual, tendo um impacto de pouco mais de 5% sobre a taxa de crescimento urbano observada.

3.3 — Migração

A migração, por ser seletiva por sexo e idade, tem importante papel sobre a taxa de crescimento populacional e sobre a distribuição etária em um determinado intervalo de tempo, assim como sobre as mesmas no futuro.

De um lado, a migração tem um efeito, aumentando ou reduzindo o contingente populacional de uma determinada área, em um certo período de tempo, se ali prevalecem saldos líquidos migratórios positivos ou negativos, respectivamente, e, de outro, tem impactos indiretos, fazendo variar a população feminina em idade reprodutiva.*

Estimando-se a taxa líquida de migração como resíduo ou pela diferença entre a taxa de crescimento observada e a taxa de crescimento vegetativo, tem-se que o efeito direto da manutenção da migração dos níveis encontrados, em 1960-1970, seria o de variar em 0,6 ponto percentual a taxa de crescimento da população nordestina.

Para a população urbana, o efeito direto da migração seria o de reduzir em 0,7 ponto percentual a sua taxa de crescimento e na rural o de aumentar em 0,4%.

* O efeito indireto da migração é o dado pela fecundidade das mulheres migrantes. Há também o efeito indireto devido ao diferencial de mortalidade entre nativos e migrantes.

3.4 – Conclusões

A variável demográfica de maior impacto na taxa de crescimento da população nordestina foi a redução da natalidade. Além de diminuir o ritmo de crescimento populacional, a queda da natalidade provocou um envelhecimento dessa população, conforme se pode observar pela comparação dos três grandes grupos etários de 1970 e 1980, mostrados na tabela 9.

TABELA 9
NORDESTE
Distribuição Percentual da População pelos Três Grandes Grupos Etários
1970-1980

Grupos de Idade	1970	1980
0 – 10	32,2	30,0
10 – 60	62,7	63,7
60 e +	5,1	6,3

FONTE: FIBGE – Censos Demográficos de 1970 e 1980.

Parte desse efeito foi anulado pela queda da mortalidade e a emigração. Como a mortalidade infantil caiu significativamente, o seu efeito sobre a distribuição etária é o mesmo de um aumento da natalidade. A emigração, ao retirar dessa população contingente populacional em idade ativa, também contribuiu para o seu rejuvenescimento.

Essa mudança na distribuição etária tem uma série de implicações para o planejamento econômico e social, particularmente no que diz respeito à educação, saúde e previdência social. A médio prazo,* essa modificação afetará também a oferta de trabalho, reduzindo-a. A curto prazo, continua ainda a pressão sobre o mercado de trabalho. Essa pressão é resultado das altas taxas de natalidade do passado recente, significando numericamente, um acréscimo de 4,5 milhões de pessoas em idade para trabalhar, nessa última década, o que equivale a 54% da PEA nordestina em 1970.

4 – PERSPECTIVAS

Ao longo dos últimos decênios, a taxa de crescimento da população nordestina oscilou de forma bastante suave, basicamente em resposta às

* Em torno de 15 anos.

variações nos movimentos migratórios, uma vez que a taxa de crescimento vegetativo permaneceu relativamente constante no período. Essa relativa constância se deveu ao fato de que as reduções na taxa bruta de mortalidade eram parcialmente compensadas por declínios na taxa bruta de natalidade.

Na década de setenta, acompanhando um movimento perceptível a nível nacional, o nível da fecundidade da população da Região declinou de forma sem precedente. Mesmo parcialmente contrabalançado pela redução na taxa bruta de mortalidade, o efeito da diminuição da fecundidade foi o de quebrar a estabilidade da taxa de crescimento vegetativo da população, fazendo-a declinar de seus níveis anteriores, em torno de 30 por mil para 25 por mil.

A se considerar a experiência de outras regiões do País que parecem ter, de forma ainda incipiente, iniciado um processo de queda de fecundidade em um período anterior à região nordestina, e a evidência oferecida por outros países, pode-se hipotetizar que a tendência à redução nos níveis de fecundidade no Nordeste permanecerá nos próximos decênios.

Se entre as várias hipóteses plausíveis sobre o comportamento futuro da fecundidade supusermos que no ano 2000 o nível da fecundidade da mulher nordestina atinja aquele experimentado pela mulher brasileira na década de setenta, então aceita-se que, nos próximos anos, o índice de fecundidade total da população feminina da Região declinará dos atuais 6,0 para 4,4, ou seja, uma queda de aproximadamente 30 por cento. Esta variação a médio prazo parece perfeitamente compatível com a redução em 20 por cento, observada no índice de fecundidade total nas décadas de 60 e 70.

Se adicionalmente aceitarmos como hipótese de trabalho que o nível da mortalidade da população no ano 2000 seja tal que a taxa bruta da mortalidade situe-se em torno de 11 por mil, e se considerarmos que as taxas líquidas de migração permanecem constantes ao nível daquelas observadas na década de setenta, então pode-se estimar, sob tais hipóteses (hipótese I), que a população nordestina, no início do século XXI, será de 51,3 milhões de pessoas. Aceitando-se que essa variação no contingente demográfico nordestino se faça de uma maneira suave nos próximos vinte anos, pode-se estimar em 42,2 milhões de pessoas a população da Região em 1990.

A taxa de crescimento geométrico, implícita nesta variação, seria de 2 por cento ao ano. Quando comparada com aquela estimada para o Brasil, implica a manutenção da participação relativa da população nordestina no

total da população brasileira em torno de 28 por cento. Essas taxas, confrontadas com a experimentada pela Região nos últimos quarenta anos, em torno de 2,2 por cento ao ano, revelam que, em função da dinâmica demográfica passada que resultou em uma população predominantemente jovem, o efeito de uma redução de 20 por cento no crescimento vegetativo implicaria a diminuição da taxa de crescimento populacional do Nordeste em torno de 15 por cento. Uma vez que a maior contribuição a esta redução na taxa de crescimento vegetativo se deve à queda do nível da fecundidade, pode-se imputar ao comportamento futuro dessa variável parcela considerável do efeito da variação do tamanho e da composição da população da Região nos próximos decênios.*

O efeito de uma redução mais ampla no nível da fecundidade pode ser vislumbrado, estabelecendo-se a hipótese de que a redução do índice de fecundidade total nordestino se assemelhe ao observado pelo Rio Grande do Norte, mantidas as hipóteses anteriores quanto à mortalidade e a migração.

Dentre os Estados nordestinos, o Rio Grande do Norte foi o que apresentou, na última década, a mais significativa queda de fecundidade a qual situou-se em 37%, superior à média nacional em 23%. Considerada tal variação como aquela a se concretizar nos próximos vinte anos, a população nordestina seria de 40,3 milhões de habitantes em 1990 e de 47,2 milhões em 2000.

Essas estimativas, quando comparadas às anteriores, implicam uma diferença de 5 por cento no total da população em 1990 e 8 por cento no ano 2000, apontando que o efeito de uma maior redução na fecundidade seria tanto maior, em termos de diminuição na população total, quanto mais longo fosse o período da projeção.

Consideradas tais populações, as taxas de crescimento geométrico a serem experimentadas situar-se-iam aproximadamente em 1,5% ao ano entre 1980-1990 e em 1,6% ao ano entre 1990-2000, variação substancialmente maior do que aquela da hipótese I e diferenciada entre os dois decênios. Considerando tais hipóteses de tamanho futuro da população, a região Nordeste passaria a representar 27 e 26% da população brasileira, respectivamente, nos anos de 1990 e 2000.

* A importância relativa da fecundidade está condicionada à constância nos movimentos migratórios, uma vez que esses reforçam ou obstam o efeito da variação na fecundidade.

Além de uma população menor, essa queda diferenciada do nível de fecundidade acarreta alterações significativas na estrutura etária, como pode-se vislumbrar pelos resultados apresentados na tabela 10.

TABELA 10
NORDESTE
Distribuição da População por Grupos de Idade (%)
1980 e 2000

Grupos de Idade	1980	2.000	
		Hipótese I	Hipótese II
0 — 15	43,4	41,2	37,1
15 — 60	50,3	51,0	55,5
60 e +	6,3	6,8	7,4

FONTE: FIBGE — Censo Demográfico de 1980.

A redução do nível da fecundidade tende a “envelhecer” a população, tendência esta que é tanto mais acentuada quanto maior for a queda na fecundidade. Esta nova distribuição etária tem importantes implicações sobre as taxas de dependência econômica, a oferta de trabalho, a demanda por educação, saúde, habitação, previdência social, etc. sendo da maior importância para o planejamento econômico e social.

Abstract: The population dynamics of the Northeast Region indicates that, historically, the Region has been losing relative importance in the national demographic contingent, although it still comprises more than the fourth part of the country's human effective. Migratory flows notably directed to the Southeast Region, are considered as the main depressor factor of the regional population increase rates, that present the highest rates in vegetative growth observed in the country. In the decade of 1970, a substantial decline in the level of the Northeast women fertility is observed which, once linked to the emigration flows, reduced in 2.2% a year the rate of the regional population growth, between 1960-1970 and between 1970 and 1980. The constant internal moving of the population from rural origin bound for big cities, contributes to increase the urbanization degree of the Northeastern population, being that, in some states of the Region, the rural population has virtually stagnated and in some microregions, a complete demographic evacuation has been observed. Considering the population loss going out of the region and the maintenance of fertility fall one catches a glimpse that, in the near future, at most, the region will be able to maintain its relative participation in the Brazilian population scenery. In this report, the recent evolution of the demographic variables determinant of the Northeast population growth, has been analyzed evaluated the implications of its behavior in the past decade in terms of the reduction of the population growing rate and the population aging. The prospects about the absolute size and the age distribution of the Northeastern population in the year of 2000, according to the hypotheses which have been used to project the regional population, indicates that there would be a substantial reduction of the Northeast's population growing rate, changing to approximate values of 1.6% a year; that the importance of the region's human contingent would decline in national terms, reducing itself to 26%; and that there would be a reasonable population increase in an age economically active, that would comprise 55.5% of the Northeast population. These evidences have important implications for the regional planning system regarding job offering and the demand for basic social services.

BIBLIOGRAFIA

- 01 — **ALTMAN, Ana Maria G. & WONG, Laura R. Estimativas de fecundidade para o Brasil e suas regiões a partir de informações sobre nupcialidade e fecundidade marital.** São Paulo 1981. (Contribuição espontânea ao seminário sobre "Tipos de Família e Fecundidade").

- 02 — **ALTMAN, Ana Maria G. et al. Projeções de população para as 11 regiões administrativas do Estado de São Paulo. Informe Demográfico n. 2, São Paulo, Fundação SEADE, 1980.**

- 03 — **BEMFAM/CDC/IFRP. Apresentação geral das pesquisas de saúde materno-infantil.** São Paulo, 1981 (apresentado no seminário sobre "Tipos de Famílias e Fecundidade").

- 04 — **CARVALHO, José Alberto M. Analysis of regional trends in fertility, mortality and migration in Brazil, 1940-1970.** London, University of London, 1973. (Tese de doutorado — inédito).

- 05 — ————. **Migrações internas — mensuração direta e indireta.** Anais do Segundo Encontro Nacional de Estudos Populacionais. São Paulo, ABEP, 1981.

06. ————, et al. **A recente queda da fecundidade no Brasil: evidências e interpretações.** Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFMF, 1981 (Texto para discussão n. 12).

07. **CARVALHO, José Alberto M. e WOOD, Charles M. Renda e Concentração da mortalidade no Brasil.** Revista de Estudos Econômicos São Paulo, 7 (1): 107-30, jan./abr., 1977.

08. **CELADE/IBGE. Proyección de la población de Brasil, por sexo y grupos quinquenales de edad — 1950-2150.** São Paulo, 1983 (Trabalho apresentado no I Seminário Metodológico sobre Censos Demográficos).

- 09 — **MOREIRA, Ana Amélia C. de. Avaliação do saldo líquido migratório do Estado de Pernambuco.** Revista Econômica do Nordeste. Fortaleza, 11 (4): 565-94, out/dez. 1980.

- 10 — ————, & MOREIRA, Morvan de M. **A fecundidade no Nordeste**. Revista Pernambucana de Desenvolvimento. Recife, 8 (2): 217-39, jul./dez., 1981.
- 11 — PAIVA, Paulo de Tarso A. **Fecundidade e padrão de vida; a experiência brasileira recente**. Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFMG, 1983. (Texto para Discussão n. 14).